

O INEP NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DO MEC (1950/1960)

Ana Waleska Mendonça¹(Depto de Educação, PUC-RJ)
Libânia Xavier²(Faculdade de Educação, Universidade do Brasil – UFRJ)

RESUMO

O trabalho remete-se à pesquisa sobre o INEP, no contexto das políticas públicas do MEC, nos anos 1950/1960, em fase de conclusão, financiada pelo CNPq e que envolve um grupo de professores e alunos de pós-graduação e graduação de diferentes instituições universitárias do Rio de Janeiro (a saber: PUC-RJ, UFRJ e UFF). A pesquisa vem debruçando-se sobre a atuação deste órgão, à época intitulado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, durante a gestão do educador Anísio Teixeira (1952-1964), enfatizando as estratégias de intervenção do referido órgão nos sistemas de ensino.

Palavras-chave: política educacional - história da educação - capacitação de professores.

ABSTRACT

This paper reports on the research project entitled “The INEP in the context of the MEC’s public policies in the 1950s and 1960s”, which is financed by the CNPq. The research group is comprised of professors and postgraduate and graduate students from different universities in Rio de Janeiro (PUC-RJ; UFRJ e UFF). Created in 1937, the INEP, since its origins, has had an ambiguous institutional status, as a research institution that has simultaneous executive attributions. On becoming its director, in 1952, Anísio Teixeira proposed a reform of the institution, with the intention of transforming it into a centre of reference for the teaching profession, as well as a pole for the articulation and renovation of the National Educational System.

Key-words: educational policy - history of education - teaching profession.

¹ Ana Waleska Pollo Campos Mendonça é Doutora em Educação pela PUC-RJ. E-mail: awm@edu.puc-rio.br

² Libânia Nacif Xavier é Doutora em Educação pela PUC-RJ. E-mail: libania.xavier@terra.com.br

Introdução

O artigo remete-se a uma pesquisa que vem debruçando-se sobre a atuação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) , ao longo dos anos 1950/1960, especificamente durante a gestão de Anísio Teixeira (1952-1964), enfatizando as estratégias de intervenção do referido órgão nos sistemas de ensino.

Assume-se como ponto de partida que, desde as suas origens, o INEP se caracterizou por um estatuto institucional ambíguo, constituindo-se em um órgão de pesquisa que tinha, simultaneamente, atribuições executivas. Nossa hipótese é a de que, durante a gestão de Anísio Teixeira, este soube explorar produtivamente essa ambigüidade, transformando o INEP em uma espécie de mini-ministério, no interior do próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC), de onde se originavam as principais estratégias de modernização do ensino primário e médio.

A peculiar posição que ocupava o INEP e, conseqüentemente, seu diretor, no contexto das políticas desenvolvidas pelo MEC, era reconhecida pela imprensa jornalística, que noticiava as ações do INEP, no âmbito do ensino primário e secundário. Pode-se perceber, ainda, a importância assumida pelo INEP através dos próprios documentos oficiais do MEC, como o Relatório Quinquenal de 1956-1960, demonstrando a interferência desse Instituto nas políticas do MEC, como veremos adiante.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira traça um rápido histórico do INEP, procurando apontar para o que estamos chamando de “caráter ambíguo”, ou “híbrido” do órgão, que nos parece ter se acentuado durante a gestão de Anísio Teixeira. A segunda parte centra o foco nas notícias veiculadas nos jornais de grande circulação no Distrito Federal na época, buscando situar a atuação do INEP e do MEC no contexto educacional retratado nesses jornais. A terceira parte analisa a filosofia que informava a atuação do órgão, chamando atenção para a peculiar relação que se estabeleceu, no interior do INEP, entre o pragmatismo deweyano e o ideário desenvolvimentista, verdadeiro idioma geral da época, usando-se, aqui, a feliz expressão cunhada por Darton (1992). Por fim, na quarta parte, busca-se explicitar as principais estratégias de intervenção do INEP nos sistemas de ensino, foco principal do nosso estudo.

Trata-se de uma pesquisa que busca o entendimento das instituições educacionais do ponto de vista político-administrativo, assim como do ideário que orientou as principais linhas de atuação da instituição em estudo. Situada no âmbito da história cultural, a pesquisa apóia-se nas seguintes categorias analíticas: campo (Bourdieu, 2001), projeto (Velho, 1994), estratégia (Certeau,

1994) e rede (Elias, 1994). Tem como fontes documentais básicas as seguintes: a documentação existente sobre o INEP no Arquivo Anísio Teixeira do CPDOC/FGV; as publicações do INEP/CBPE (aí incluídas a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a revista Educação e Ciências Sociais e o Boletim do CBPE); o acervo remanescente da Biblioteca do CBPE (que se encontra no campus da UFRJ); a documentação existente no PROEDES da UFRJ (especialmente nos Arquivos de Anísio Teixeira, Roberto Moreira e Jayme Abreu) e a literatura sociológica dos anos 1959/1960, com ênfase na produção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Trabalha-se, portanto, com uma multiplicidade de fontes, que se procura cruzar, e que incluem documentos oficiais e privados, correspondência (oficial e particular) e impressos de diversas naturezas.

O INEP: uma instituição híbrida

O INEP foi criado em janeiro de 1937, por iniciativa de Gustavo Capanema, na época Ministro de Educação e Saúde (MES), sob a denominação inicial de Instituto Nacional de Pedagogia. Apenas em 1938, no entanto, ele começa a ter existência real, sob a liderança do educador Lourenço Filho e já com a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Múltiplos objetivos foram atribuídos ao INEP através do Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938: organizar a documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e técnicas pedagógicas, bem como a das diferentes espécies de instituições educativas; manter o intercâmbio em matéria de pedagogia com as instituições educacionais do país e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes às instituições educacionais do país e do estrangeiro; promover investigação no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente aos problemas de orientação e seleção profissional; prestar assistência

técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos; divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

Importa destacar a esse respeito que o INEP nasce com atribuições de naturezas diferentes, voltadas, por um lado, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da educação visando, entre outras coisas, a subsidiar as políticas desenvolvidas pelo Ministério e, por outro, atribuições de caráter executivo, como prestar assistência técnica aos sistemas estaduais municipais e particulares, além do objetivo de divulgação, por diferentes meios de difusão, do conhecimento pedagógico. Desde as suas origens, portanto, o INEP tem um estatuto institucional ambíguo, constituindo-se em um órgão de pesquisa, que tem, simultaneamente, atribuições executivas.

Segundo Mariani (1982), os dois principais obstáculos que se colocam, desde o início, para a atuação deste órgão se constituem, por um lado, na falta de pessoal especializado e, por outro, na rigidez das normas da burocracia estatal. Quanto ao primeiro aspecto, é bom lembrar que em 1939, quando se cria o curso de Pedagogia no âmbito da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, um dos objetivos que se atribui a esse curso é a formação dos chamados técnicos de educação, que deveriam desempenhar as tarefas especializadas no âmbito dos órgãos da burocracia estatal e, particularmente, do Ministério da Educação. Mas o encaminhamento dessa questão mostra-se complicado e o MES realiza, ainda em 1939, um primeiro e único concurso de títulos e provas para constituir o núcleo da carreira de técnicos da educação recém-criada, predominando, a partir daí, os critérios de apadrinhamento político no preenchimento dos cargos técnicos, de acordo com a tradição patrimonialista que marca, até hoje, a nossa administração pública. A esse problema alia-se a questão da própria rigidez das normas da burocracia estatal, lembrando que essa burocracia está sendo montada no momento em que o MES, criado em 1930, passava por uma reorganização administrativa, em grande parte informada pelo espírito do chamado Estado Novo. Trata-se, então, de uma burocracia fortemente centralizada e extremamente rígida. De qualquer forma, importa assinalar que, na fala das pessoas que integraram os quadros técnicos do INEP, essas duas questões aparecem, sistematicamente, como os principais obstáculos para que o órgão desempenhasse

adequadamente as suas funções: a falta de pessoal especializado e a rigidez da burocracia estatal.

Apesar destas dificuldades, Lourenço Filho, que permaneceu à frente do órgão até 1945, consegue desenvolver uma série de iniciativas. Ele implanta de fato o órgão, organiza uma biblioteca pedagógica e um serviço de documentação sobre a legislação educacional brasileira. Cria, ainda em 1941, a Revista Brasileira de Educação, que é editada até hoje e que vai divulgar, inclusive, não só os estudos e pesquisas desenvolvidas pelo INEP, mas também o pensamento pedagógico internacional, realizando uma série de inquéritos e estudos sobre a organização do ensino primário e normal nos estados. Organiza também uma documentação de caráter histórico, desenvolve uma série de levantamentos bibliográficos, além de promover diversas publicações de caráter técnico.

Segundo Mariani (op. cit.), grande parte do quadro técnico do INEP acaba, no entanto, por se dedicar à implantação de um Fundo Nacional do Ensino Primário, cuja organização se propunha, por iniciativa do próprio Ministério, definir, na verdade, a origem dos recursos que seriam investidos pelo governo federal no ensino primário e os critérios para a sua aplicação, na direção do caráter híbrido que marca o órgão desde a sua fundação, como se assinalou anteriormente.

Desta perspectiva, outra questão que se colocava para o órgão era a sua relação com o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), com o qual o órgão deveria cooperar, não só por meio de estudos, mas também por meio de providências executivas nos trabalhos de seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo da União (apud Lourenço Filho, 1964, p. 12). Foi por essa razão que, não só o INEP mantinha um Serviço de Biometria Médica, como também este era um serviço superdimensionado, chegando a abranger, segundo relatório de atividades do ano de 1944, 73,86% dos funcionários lotados no órgão (CPDOC/FGV, 1945:8). Dantas (2001), particularmente, refere-se à resistência de Lourenço Filho em assumir as atribuições vinculadas ao DASP.

Em 1945, com a chamada redemocratização do país, Lourenço Filho vai ser substituído por Murilo Braga de Carvalho, que permanece à frente do INEP até 1952, quando falece em um desastre de avião. A este respeito, cumpre assinalar uma das características do órgão ao longo do período a que nos referimos (1938-1964) que foi a

surpreendente estabilidade dos seus diretores, fator que se constituiu, sem dúvida, uma garantia da continuidade do trabalho desenvolvido pelo órgão durante longos períodos de tempo. Da sua fundação até 1964, o INEP teve apenas três diretores: Lourenço Filho (1938-1945), Murilo Braga de Carvalho (1945-1952) e Anísio Teixeira (1952-1964), que sobreviveram, no caso dos dois últimos, a constantes mudanças de ministro, bem como a graves crises institucionais do país.

Ainda de acordo com Mariani (op. cit.), durante a gestão de Murilo Braga de Carvalho, o INEP perde quase que totalmente o seu caráter de um instituto de pesquisas, entre outras razões, pela absorção das tarefas da Diretoria do Ensino Primário e Normal, extinta nessa época. É interessante notar que se o INEP nasce no contexto do Estado Novo e, apesar das características que marcam esse período, consegue um certo espaço de autonomia. O que acontece, contraditoriamente, a partir de 1945, é que ele se submete às exigências da burocracia estatal e se descaracteriza enquanto órgão de pesquisa.

Importa destacar que, a nosso ver, o caráter híbrido do INEP não tem, necessariamente, um significado negativo; há, sem dúvida, o aspecto de uma certa indefinição do órgão. Porém, é nossa hipótese de trabalho que, durante a gestão de Anísio Teixeira, ele vai explorar, de maneira produtiva, essa ambigüidade, transformando o INEP numa espécie de mini-ministério, no interior do próprio Ministério. Esta seria, justamente, uma das razões pelas quais Anísio Teixeira vai conseguir fazer com que o órgão tenha o papel e o significado central que acabou assumindo no âmbito do MEC, durante a sua gestão.

Anísio Teixeira assume o INEP, em 1952, após ter sido chamado, no ano anterior, pelo então Ministro da Educação Ernesto Simões Filho, para organizar a CAPES – inicialmente, Campanha de Aperfeiçoamento de Nível Superior, atual Fundação – responsável pela institucionalização da Pós-Graduação no país, e que terá, num primeiro momento, o próprio INEP como seu órgão executivo. Chamado, portanto, para substituir Murilo Braga de Carvalho, Anísio Teixeira passa a acumular estas duas funções, sendo, simultaneamente, o Secretário Geral da CAPES e o Diretor do INEP, situação que persiste até 1964.

Desde o início, Anísio Teixeira assume o INEP com uma intenção bastante clara de dinamizar o órgão. Essa intenção aparece explicitada não só no discurso que

este pronuncia quando toma posse no cargo de diretor, mas particularmente numa entrevista que concede a um jornal na época, em que afirma:

as funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar amplitude maior, buscando tornar-se tanto quanto possível, o centro de inspiração do magistério nacional, para a formação daquela consciência educacional comum que mais do que qualquer outra força deverá dirigir e orientar a escola brasileira. Os estudos do INEP deverão ajudar a eclosão desse movimento da consciência nacional, indispensável à reconstrução escolar (apud Mariani, op. cit, p. 174).

Esta frase resume bem o que Anísio Teixeira estava propondo com a tentativa de dinamização do INEP, ou seja, fazer do INEP um centro de inspiração do magistério nacional, buscando formar a consciência educacional comum que, para ele, seria absolutamente indispensável para o processo de reconstrução da escola . Esta é a meta que vai informar as principais estratégias que o órgão vai assumir, durante a sua gestão. Percebe-se, por meio da consulta aos jornais de grande circulação do Distrito Federal na época que, a despeito da multiplicidade de iniciativas no âmbito educacional noticiadas nos jornais, o INEP ocupava lugar de destaque no âmbito das políticas do MEC, como procuraremos demonstrar a seguir .

2. O contexto educacional conformado nos jornais e a imagem do INEP

Manchete: Autoridades e educadores devem colaborar para formar-se entre nós uma consciência nacional: Aspectos controvertidos da projetada reforma do ensino primário no Brasil.

...Entende o ministro da educação, coadjuvado pelo professor Anísio Teixeira que há necessidade da reforma e extensão do curso primário.”Esclarecem que a escola primária, ampliando seu próprio currículo, com caráter mais prático e mais adequado à inteligência comum do brasileiro, poderá atender às necessidades que a aceleração do processo industrial e da conseqüente urbanização estão a exigir, já que os dois anos de prolongamento seriam dedicados em grande parte, à formação artesanal....

Jornal: Diário de Notícias, 28 de junho de 1956. - 1ª seção, página 1.

Como podemos observar com a leitura da notícia acima, a conjuntura democrática que marcou a década de 1950 colocou em relevo as variadas perspectivas de desenvolvimento nacional, permitindo-se observar, através da imprensa, a explicitação de diferentes perspectivas e projetos de reconstrução nacional.

No que tange à política educacional, encontramos nos Jornais de grande circulação no Distrito Federal, no período de 1955-1965, uma multiplicidade de ações, emanadas do Ministério da Educação, com o objetivo de enfrentar as demandas da sociedade por ampliação do acesso à educação escolar. Ao mesmo tempo, observamos o empenho das demais instâncias de Governo, em nível estadual e municipal, em dar uma resposta às pressões em prol da ampliação e da melhoria da qualidade do ensino.

Tanto a primeira ordem de iniciativas — a expansão do acesso à educação escolar — quanto a segunda ordem de demandas — expandir a escolarização garantindo a qualidade do ensino — apontavam para a necessidade de modernização do sistema de ensino e de profissionalização de seus quadros de funcionários. Nesse aspecto, a instituição do concurso público para ingresso na carreira do magistério ao lado do investimento na formação inicial e na qualificação dos professores em serviço desponta, ao mesmo tempo, como solução e como problema a ser enfrentado.

A ampliação da rede escolar figura como o imperativo número um da série de notícias que encontramos nos Jornais, no primeiro semestre de 1955. Os jornais anunciavam a liberação de recursos do MEC para, em convênio com os Estados, Territórios e o Distrito Federal, investir-se na construção de novas escolas, bem como na ampliação e reformas das escolas já existentes. Notícia veiculada no Correio da Manhã informava que, do total do orçamento do Plano Nacional de Ampliação e Melhoria do Ensino Primário, 70% dos recursos estavam destinados à construção e reforma de escolas, distribuindo-se 25% para a alfabetização de adultos e os 5% restantes para a concessão de bolsas de estudo, formação e aperfeiçoamento de técnicos e especialistas de ensino primário e normal. De acordo com notícia anterior, uma portaria determinava a composição de uma Comissão destinada a estudar a aplicação de recursos provenientes daquele fundo, de acordo com as necessidades da população e a renda per capita de cada unidade da federação.

Em 02 de abril de 1955, saía o detalhamento dos investimentos do MEC no plano de Reforma do MEC, o que nos permite avaliar o peso atribuído, pelos técnicos do Ministério, a determinadas ações no âmbito educacional. Assim, dos 100 milhões de cruzeiros destinados à melhoria e ampliação da rede escolar, cerca de 40 milhões deveriam estar alocados na Educação de Adultos, com investimento no ensino supletivo, porém incentivando a participação voluntária. Em segundo lugar, destaca-se o investimento no aperfeiçoamento do magistério, com 20 milhões destinados à manutenção de um Centro Nacional e instalação de Centros Regionais, que estariam integrados ao INEP.

Segundo o INEP, seriam aplicados recursos na pesquisa das condições culturais do país, na formulação de uma política institucional (abrangendo pesquisas das condições escolares), na elaboração de planos e sugestões para a reconstrução educacional de cada região, no desenvolvimento de trabalhos sobre administração escolar, construção de currículo, preparo de mestres. Aos Centros Regionais (localizados na Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) caberia o aperfeiçoamento e especialização do professor primário e do curso normal.

A notícia referia-se, ainda, à construção de escolas, cabendo ao MEC auxiliar os Estados na ampliação e melhoria da rede escolar primária e normal, porém, esclarecendo que os recursos para construção de escolas seriam distribuídos na razão inversamente proporcional às disponibilidades financeiras para educação e diretamente proporcional à população escolar. As demais ações destacadas na notícia foram o aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário, com 12.500.000 cruzeiros para treinamento de professores, inspetores e secretários. E, por fim, figura a formação profissional, com investimento de 12.500.000 cruzeiros na Campanha de aperfeiçoamento e expansão do ensino comercial.

Como pudemos apreender da leitura dos jornais Correio da Manhã e Diário de Notícias, o INEP atuou de modo decisivo, como órgão orientador do MEC, na aplicação de recursos para expansão da rede de escolas primárias. Figurou também nos jornais como responsável pela função de estimular o desenvolvimento de pesquisas e conduzir um projeto de publicações com vistas a difundir o conhecimento da realidade nacional. A esse respeito, cabe assinalar a convergência que se estabeleceu entre o ideário pragmatista, muito presente no pensamento dos educadores nucleados no INEP, com o ideário desenvolvimentista, explicitado, em suas diferentes vertentes, em outro órgão

vinculado ao MEC, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Trataremos desse assunto na próxima seção.

3. O INEP como foco de difusão do ideário pragmatista

A pesquisa permitiu-nos evidenciar que, ao longo dos anos em estudo e sob a direção de Anísio Teixeira (principal expoente do pragmatismo deweyano entre nós) o INEP constituiu-se em um foco de difusão deste ideário, difusão esta que se fazia não só através das inúmeras publicações (inclusive didáticas) e dos cursos e conferências que o órgão promovia, mas também das escolas experimentais a ele vinculadas, que se propunham a desenvolver experiências pedagógicas fundamentadas na filosofia educacional de Dewey.

O pragmatismo se combinava, de maneira bastante peculiar, com a ideologia desenvolvimentista, verdadeiro idioma geral da época, a tal ponto que se pode afirmar que o desenvolvimentismo constituiu um solo fértil para a retomada e a expansão do pragmatismo no Brasil.

Cumpramos ressaltar o contexto especialmente polêmico em que se deu, nesta época, a apropriação do pragmatismo deweyano entre nós, situado no cerne de uma dupla polêmica, que tinha uma dimensão internacional e uma nacional que, apesar de imbricadas, guardavam a sua especificidade. Nos Estados Unidos, no contexto da chamada “Guerra Fria”, o pragmatismo vinha sendo fortemente criticado, à direita e à esquerda, pelos seus pretensos efeitos sobre a educação norte-americana em situação de “crise”. Ecos dessa polêmica chegavam até nós. No Brasil, o pragmatismo de Dewey, acusado de materialista e, até, socialista e revolucionário, seria uma das justificativas para o intenso ataque da hierarquia católica a Anísio Teixeira.

De uma forma geral, pode-se afirmar que a apropriação que se fazia do pragmatismo deweyano, no âmbito do INEP, dava-se numa tripla perspectiva: como “método científico”, implicando em uma determinada concepção de ciência, particularmente das ciências sociais, com ênfase na aplicação do conhecimento científico na solução dos problemas de ordem prática; como “modo de vida democrático” e como sinônimo de “experimentalismo”, no âmbito da escola. Nessas duas primeiras perspectivas, o pragmatismo informou as tentativas de racionalização do

sistema escolar através de uma concepção peculiar de planejamento, que se fundamentava nos estudos de comunidade e que supunha o esclarecimento da população atingida, a fim de garantir a sua aceitação e continuidade.

Na última perspectiva, a escola progressiva (experimental e não dualista) era percebida como a única capaz de constituir um agente de mudança cultural e, conseqüentemente, contribuir para a formação de uma consciência comum favorável ao desenvolvimento nacional. Deste ponto de vista, a transformação da escola, para ajustá-la às novas condições do país (determinadas, principalmente, pelo avanço do processo de industrialização) e para consolidar o funcionamento da democracia liberal, constituía-se condição indispensável para o pleno desenvolvimento nacional.

Assim, foi possível perceber uma aproximação entre o pragmatismo, que informava a atuação do INEP, e a ideologia desenvolvimentista, particularmente aquela elaborada no interior do ISEB, órgão também ligado ao MEC, que foi um dos núcleos mais importantes de difusão da ideologia nacional-desenvolvimentista, perpassando grande parte das políticas governamentais implementadas à época (mesmo que de forma freqüentemente contraditória).

Esta aproximação fazia-se através de um conjunto de idéias partilhadas pelos intelectuais que se articulavam em torno dos dois núcleos, tais como: a idéia de “transplantação cultural”, aplicada à análise da situação cultural e institucional do país; a perspectiva faseológica na maneira de se abordar o processo de desenvolvimento econômico e social; a concepção de história, particularmente da história do Brasil e o uso que se fazia dela (a “história que não deu certo” e que precisa ser superada por uma “outra história” que se pretende construir, numa perspectiva marcadamente voluntarista); a visão da escola como agente de mudança cultural; a concepção de ciência e a necessidade da formação de uma consciência nacional propícia ao desenvolvimento do país.

4. As estratégias de intervenção nos sistemas de ensino

Anísio Teixeira assume o INEP com uma intenção bastante clara de dinamizar o órgão e começa, desde logo, a desenvolver uma série de estratégias que tinham o objetivo

claro de contornar algumas das principais dificuldades que emperravam a sua atuação: a falta de pessoal especializado e a inércia da burocracia estatal.

A primeira estratégia adotada vai ser a criação de duas campanhas, respectivamente a CILEME e a CALDEME. A primeira delas propunha fazer um amplo levantamento da situação do ensino médio no país, dando ênfase a sua dimensão qualitativa (quais os seus objetivos, as expectativas daqueles que o procuravam, etc.).

Para Anísio Teixeira, a questão do ensino médio era o verdadeiro nó do sistema educacional brasileiro. Uma de suas principais bandeiras era integrá-lo ao ensino primário, no que ele considerava a escola comum, básica na formação de qualquer cidadão brasileiro. A segunda campanha estava voltada para a produção de material didático de boa qualidade e, com esse objetivo, foram contratados professores renomados das diferentes áreas de especialização. É através dessas campanhas que Anísio Teixeira começa a imprimir a sua marca no INEP.

O depoimento de uma das colaboradoras de Anísio Teixeira nessa época, Elza Rodrigues Martins, transcrito por Mariani (op. cit.), chama a atenção para o papel que tiveram as comissões contratadas para essas campanhas:

Essas comissões permitiam a vinda de pessoal para a assessoria inclusive do estrangeiro, proporcionando uma autonomia que era impossível com os recursos habituais do Serviço Público, onde predominava a hegemonia dos setores meio sobre os serviços fins. (...) Anísio Teixeira foi o grande construtor de uma nova filosofia de trabalho em um órgão técnico como o INEP (p. 176).

Era exatamente contra esse tipo de burocracia, em que as atividades meio tornam-se hegemônicas sobre as atividades fins, que Anísio Teixeira se insurgia, não só criticando-a acerbamente nos seus escritos da época como, na prática, buscando estratégias que o permitissem superá-la.

Em fins de 1953, Anísio Teixeira organiza o Centro de Documentação Pedagógica, que deveria sistematizar os trabalhos desenvolvidos pelas campanhas, garantindo a documentação e a divulgação dos resultados obtidos e cria, igualmente, a Biblioteca Brasileira de Educação. Por essa época, também, já começa a gestar o Centro de Altos Estudos Educacionais, que vai estar na origem do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), iniciativa que acaba se viabilizando com o apoio da UNESCO.

A sua criação exemplifica a capacidade que tinha Anísio Teixeira de aproveitar os recursos disponíveis, de explorar as possibilidades existentes. E o CBPE foi criado utilizando-se uma verba da UNESCO, originariamente destinada a um programa de formação de agentes para educação rural. Anísio Teixeira redireciona essa verba e é com ela que acaba conseguindo viabilizar a criação do Centro.

Com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1955, este incorpora as antigas campanhas e, praticamente, centraliza a atuação do INEP. Há um evidente paralelismo entre as duas denominações: INEP e CBPE. Na prática, o CBPE configurou-se como um “INEP dentro do INEP”, constituindo-se, desta forma, em mais uma estratégia para escapar da burocratização do órgão garantindo, entre outras coisas, uma maior flexibilização na contratação de pessoal especializado e um intercâmbio mais autônomo com entidades internacionais. É, de fato, com a criação do CBPE que Anísio Teixeira transforma o INEP em uma espécie de cérebro pensante do Ministério, um verdadeiro ministério dentro do Ministério, como já se disse, de onde partiam propostas de intervenção sobre o sistema de ensino, fundamentadas nas pesquisas de ponta, desenvolvidas sob o seu patrocínio, e nas experiências que vão ser promovidas pelo próprio Centro e pelos Centros Regionais de Pesquisas a ele articulados. Aliás, quando Anísio Teixeira cria o CBPE, ele cria, simultaneamente, uma rede a ele articulada, que são os Centros Regionais de Pesquisa Educacional, localizados em algumas capitais estrategicamente distribuídas pelo país, a saber: Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e São Paulo, além do Centro nacional, que funcionava no Rio de Janeiro. Todos esses Centros, por sua vez, vão buscar uma articulação, por um lado, com a universidade pública (no caso as universidades federais localizadas nas capitais e a Universidade de São Paulo) e, por outro, com as Secretarias de Educação.

O CBPE viria a incorporar as antigas campanhas e passa, efetivamente, a centralizar a atuação do INEP. É significativo, por exemplo, destacar que em um extenso Relatório Quinquenal do MEC, referente ao período 1956-1960, encaminhado ao Presidente Juscelino Kubitschek pelo Ministro Clóvis Salgado, o INEP, enquanto tal, não aparece no corpo do relatório (embora se faça menção ao Instituto e ao seu diretor entre os órgãos listados), mas, de forma direta, descrevem-se detalhadamente as atividades do CBPE e de cada um dos Centros Regionais a ele articulados.

Aliás, cumpre também ressaltar que a regionalização é, sem dúvida, uma das outras estratégias que marca a atuação do órgão. O próprio decreto de criação do CBPE constitui também os Centros Regionais a ele articulados, configurando uma rede que permite que o CBPE e, portanto, o INEP, tenham uma interferência no âmbito do país como um todo.

Em que direção desenvolvem-se as iniciativas do INEP/CBPE de intervenção nos sistemas de ensino? Pode-se afirmar, em linhas gerais, que esta intervenção dava-se através de três tipos de iniciativas:

1. Uma política editorial que incluía a publicação tanto de textos didáticos, quanto de livros voltados para a análise e interpretação dos problemas brasileiros, com ênfase no conhecimento da situação educacional, entre os quais se incluem alguns livros que são hoje, considerados clássicos no campo da sociologia como *Os dois Brasís*, de Jacques Lambert, ou da pesquisa educacional como *A Escola Primária Metropolitana*, de Luiz Pereira e *Professoras de Amanhã*, de Aparecida Joly Gouveia (livros que se originaram, aliás, de pesquisas desenvolvidas pelo próprio CBPE);
2. As escolas experimentais, vinculadas aos Centros Regionais de Pesquisa e;
3. Os cursos de formação de professores e especialistas.

Cumpre destacar que as escolas experimentais, vinculadas aos centros, configuravam-se duplamente como escolas de experimentação e como espaço de formação de professores, abrigando vários destes cursos como é o caso, por exemplo, da Escola Parque da Bahia e da Escola Guatemala, no Rio de Janeiro.

Para finalizar as observações aqui apresentadas, cabe destacar que dois desdobramentos da pesquisa resultaram na organização de um Catálogo dos livros editados pelo CBPE/INEP/MEC, entre 1955 e 1965, a partir do acervo bibliográfico do Espaço Anísio Teixeira, situado no Campus da Praia Vermelha da UFRJ e que abriga parte do acervo da antiga Biblioteca do CBPE. Além de uma monografia, elaborada

por Cecília Neves Lima, aluna do curso de graduação em Pedagogia da UFRJ na época, e que integrava o grupo de pesquisa.

No primeiro caso, foi possível localizar e traçar uma primeira caracterização de 52 das 62 obras publicadas ao longo do período estabelecido. No segundo caso, a partir de documentação levantada no CPDOC e no arquivo da ABE, foi possível caracterizar a Escola Guatemala, enquanto 1º Centro experimental de Educação Primária do INEP, evidenciando-se, com clareza, sua dupla configuração, de centro de experimentação pedagógica e de centro de treinamento de professores. Aliás, um dos últimos projetos que se pretendia desenvolver a partir do INEP era, exatamente, um projeto extremamente ambicioso de constituição, por todo o país, de centros regionais de treinamento de professores, que se chegou a incluir no Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação e, em cuja elaboração, o diretor do INEP teve uma participação decisiva. Alguns destes centros chegaram a ser construídos. Na verdade, propunha-se que os próprios centros regionais, com suas escolas e classes experimentais anexas, configurassem-se como tais. Pudemos, aliás, constatar que este projeto já aparece na documentação inicial do INEP, logo que Anísio Teixeira assume a sua direção, o que seria coerente com os objetivos por ele atribuídos ao referido órgão.

Todo o trabalho do CBPE, particularmente, e logo, do INEP como um todo, vai sofrer uma descontinuidade, sob o impacto da situação política que culminou com o golpe militar de 1964. Do ponto de vista da pesquisa, o Centro já começa a sofrer um certo esvaziamento, a partir de 1960, no momento em que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, diretor do Departamento de Pesquisas Sociais na época, envolvem-se com o projeto da Universidade de Brasília. Aliás, Anísio acaba por transferir-se para Brasília. Mas o impacto mais forte é, sem sombra de dúvida, o do golpe de 1964. Demitido Anísio Teixeira de todos os cargos que ocupava, a bem do serviço público, o CBPE sobrevive ainda por alguns anos, bastante descaracterizado, e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais vão, aos poucos, sendo fechados. Toda a estrutura montada, ao longo da gestão de Anísio Teixeira à frente do INEP, vai sendo, portanto, destruída.

Uma última observação, a esse respeito, merece ser feita. Em 8 de novembro de 1962, durante a rápida passagem de Darcy Ribeiro pela pasta da Educação, este encaminha ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei, aprovado pelo Conselho de Ministros, que

dispunha sobre a reorganização do Ministério da Educação. Este anteprojeto estabelecia que o Ministério da Educação passaria a denominar-se Ministério da Educação, Ciência e Cultura (MECC), de forma a adequar-se às novas atribuições que lhe tinham sido conferidas pela Lei nº 4.024/61. Na reestruturação proposta, o INEP transformava-se no órgão geral federal de planejamento do MECC e do estudo, pesquisa, experimentação e documentação educacional, integrado por cinco departamentos e centros, a saber: o Departamento do Plano Nacional de Educação, o Departamento Nacional de Estatística e Documentação Educacional, o Departamento Nacional de Relações com Organismos Internacionais e Estrangeiros, o Centro Nacional de Pesquisas e Planejamento Educacional e os Centros Regionais de Pesquisas e Planejamento Educacional (com sede nas cidades de Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre). O presidente do INEP, juntamente com os Secretários Gerais da Educação, da Ciência, da Cultura e da Administração (cargos que também se criavam), com as respectivas secretarias, constituiriam, sob a presidência do Ministro, a Mesa Coordenadora do MECC, órgão de integração e unificação das suas atividades, dentro do princípio de trabalho em equipe que se adotava, ao lado do princípio de planejamento, como os dois princípios essenciais à atualização e eficiência do ministério e que norteavam todo o seu processo de reorganização. A proposta não chegou a ser aprovada e sabemos pouco a respeito da sua trajetória. De qualquer forma, o que nos parece interessante é a centralidade atribuída ao INEP, no contexto desta proposta, e o fato de que, na nossa perspectiva, ela formalizava uma posição que o órgão já vinha, na prática, assumindo.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (2001). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
BRASIL (1960). Ministério da Educação e Cultura. Relatório quinquenal, 1956 – 1960. Brasília.

CERTEAU, Michel de (1994). A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes.

DANTAS, Andréa Lopes (2001). A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: a gestão de Lourenço Filho (1938-1946). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, PUC-SP.

DARTON, Robert (1992). História Intelectual e Cultural. O Beijo de Lamourette: mídia, cultura, e revolução. São Paulo: Companhia das Letras.

ELIAS, Norbert (1994). A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar.

LOURENÇO FILHO, M. B. (1964). Antecedentes e primeiros tempos do INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, INEP/MEC, v. 42, n. 95, p. 8-17.

MARIANI, Maria Clara (1982). Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília: CNPq.

XAVIER, Libânia Nacif (2000). O Brasil como laboratório – educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Bragança Paulista: EDUSF.